



**CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

***PROJETO DE LEI N° 46/2023.***

***Ementa:*** Revoga a Lei Municipal nº 4875, de 22 de janeiro de 2021.

***Art. 1º*** - Fica revogada a Lei Municipal nº 4875, de 22 de janeiro de 2021, que determina condições para aposentadoria de funcionários em cessão.

***Art. 2º*** - Revogada as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

***CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA 03 DE MAIO DE 2023.***

***PAULO SANDRO SOARES  
VEREADOR***

***Justificativa:***

Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras

O presente projeto de Lei tem como princípio a Revogação da Lei Municipal nº 4875, de 22 de janeiro de 2021, que determina condições para aposentadoria de funcionário em cessão para outros órgãos, que tenham 05 anos de cessão consecutivos ou 10 anos intervalados.

Cabe salientar que cessão é ato autorizativo, de caráter discricionário, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, ou para atender a situações previstas em leis específicas, em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sem alteração da lotação no órgão de origem.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Observa-se que a referida lei impôs condição para aposentadoria em caso de cessão de funcionário, desde que o mesmo tenha atuado fora da origem de seu concurso por 05 anos consecutivos ou 10 anos intervalados, devendo retornar para local de origem e ficar 12 meses em sua função original.

A igualdade é baseada no princípio da universalidade, ou seja, que todos devem ser regidos pelas mesmas regras e devem ter os mesmos direitos e deveres. Se nosso objetivo é garantir que as pessoas desfrutem das mesmas oportunidades, não podemos deixar de considerar as diferenças individuais. A lei em tela fere o princípio da isonomia, tornando penoso para o servidor que possui tempo de contribuição para sua aposentadoria, se manter no labour por mais 12 meses, uma vez que este possui um tempo específico para sua aposentadoria.

Impor regras específicas com requisitos específicos e objetivo a servidor com direito a aposentadoria, é dilatar seu direito, e violar, penalizando, o direito daquele que tanto contribui com engrandecimento da administração pública.

Deste modo o presente projeto de lei, visa sanar duvidas na presente lei, e trazer isonomia aos servidores cedidos com direito a aposentadoria, sem que haja penalização.